



Hotéis de primeira classe e hotéis-cortiço em São Paulo: coexistências (1880-1940)

*Hoteles de primera clase y hoteles-cortiço en São Paulo:
coexistencias (1880-1940)*

**E1_07 – A materialidade da vida urbana: redes técnicas, moradia e
configurações socioespaciais (1880-1960)**

Maria Cecília Ferreira

Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, Brasil
mceciliaprojects@gmail.com

Resumo: Este trabalho analisa as experiências hoteleiras na cidade de São Paulo entre 1880 e 1940, com ênfase no período de 1880 a 1890, tomando os hotéis como espaços privilegiados para observar os processos iniciais de modernização urbana. Parte-se da hipótese de que essas infraestruturas concentraram formas contrastantes e interdependentes de habitar, nas quais práticas herdadas do período colonial coexistiram com projetos modernizadores associados à cultura burguesa. O objetivo central é examinar como diferentes tipologias de hotéis, de primeira classe e estabelecimentos precarizados, produziram experiências urbanas socialmente diferenciadas por meio da organização espacial, das infraestruturas disponíveis, dos objetos e das estratégias de propaganda. A pesquisa baseia-se na análise qualitativa de fontes impressas, especialmente anúncios de jornais e relatos memoriais, compreendidos como vestígios materiais capazes de revelar tanto os discursos quanto as condições concretas de funcionamento desses estabelecimentos. As imagens veiculadas na imprensa são tratadas como dispositivos ativos na produção e difusão de ideais modernos, particularmente no que se refere à monumentalidade arquitetônica, ao conforto e à civilidade urbana. A análise evidencia que, enquanto os hotéis de luxo incorporavam repertórios técnicos e simbólicos da modernidade, os hotéis populares operavam majoritariamente em edificações herdadas, com infraestrutura limitada, reforçando hierarquias sociais no interior da cidade. Ao examinar os hotéis paulistanos, o estudo demonstra que esses espaços atuaram como mediadores centrais da vida urbana, contribuindo para a conformação das experiências modernas e das desigualdades sociais em São Paulo.

Palavras-chave: cultura material; hotelaria; modernidade; São Paulo (Brasil); cidade.

Resumen: *Este trabajo analiza las experiencias hoteleras en la ciudad de São Paulo entre 1880 y 1940, con énfasis en el período comprendido entre 1880 y 1890, considerando los hoteles como espacios privilegiados para observar los procesos iniciales de modernización urbana. Se parte de la hipótesis de que estas infraestructuras concentraron formas contrastantes e interdependientes de habitar, en las cuales prácticas heredadas del período colonial coexistieron con proyectos modernizadores asociados a la cultura burguesa. El objetivo central es examinar cómo distintas tipologías de hoteles, de primera clase, pensiones y establecimientos de carácter precarizado, produjeron experiencias urbanas socialmente diferenciadas a partir de la organización espacial, de las infraestructuras disponibles, de los objetos y de las estrategias de propaganda. La investigación se basa en un análisis cualitativo de fuentes impresas, especialmente anuncios de periódicos, crónicas urbanas y relatos memoriales, comprendidos como vestigios materiales capaces de revelar tanto los discursos como las condiciones concretas de funcionamiento de estos establecimientos. Las imágenes difundidas en la prensa son tratadas como dispositivos activos en la producción y difusión de ideales modernos, particularmente en lo que respecta a la monumentalidad arquitectónica, al confort y a la civilidad urbana. El análisis evidencia que, mientras los hoteles de lujo incorporaban repertorios técnicos y simbólicos de la modernidad, los hoteles populares operaban mayoritariamente en edificaciones heredadas, con infraestructura limitada, reforzando jerarquías sociales en el interior de la ciudad. Al examinar los hoteles paulistanos, el estudio demuestra que estos espacios actuaron como mediadores centrales de la vida urbana, contribuyendo a la conformación de las experiencias modernas y de las desigualdades sociales en São Paulo.*

Palabras-clave: *cultura material, hotelería, modernidad, São Paulo (Brasil), ciudad.*

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar indagações preliminares a respeito de um objeto central, embora pouco percebido, para a compreensão dos processos de modernização urbana na cidade de São Paulo: os hotéis. Inserido no âmbito de uma pesquisa de mestrado em andamento¹ este artigo busca demonstrar como diferentes tipologias hoteleiras, tanto luxuosas quanto mais precárias, foram imprescindíveis para o desenvolvimento urbano paulistano, na medida em que esses espaços produziram, no bojo da efervescência tecnológica, formas distintas de viver, sentir e organizar a chamada “vida urbana”.

Embora o recorte inicial abarque os anos de 1880 a 1940, este texto concentra-se no período entre 1880 e 1890, em razão da maior visibilidade das experiências hoteleiras nas fontes impressas. A análise baseia-se sobretudo na imprensa periódica, em anúncios comerciais e em relatos memoriais, privilegiando a organização espacial dos hotéis, suas estratégias de propaganda e as memórias locais. Consideram-se, ainda, as imagens veiculadas nesses anúncios como dispositivos ativos na produção e difusão de ideais modernos, particularmente no que diz respeito à monumentalidade arquitetônica, ao conforto e às promessas de civilidade associadas à cidade.

Em termos conceituais, parte-se de uma noção de coexistência, aqui entendida como a convivência de diferentes temporalidades materiais em um mesmo ambiente. Essa perspectiva aproxima-se da concepção do historiador alemão Reinhart Koselleck (2006, p. 313) acerca do “espaço da experiência”, entendido como um terreno não linear da experiência humana, no qual o passado se espacializa por meio da convivência simultânea de diferentes “estratos temporais” em um mesmo ambiente, tornando visível, por meio da dimensão material, a permanência ativa de formas herdadas no presente urbano.

Nesse sentido, em consonância com Koselleck (2006), defende-se que a sobreposição desses estratos materiais em São Paulo tornava-se visivelmente localizada não apenas no interior dos hotéis, mas na própria cidade. São Paulo vivia uma grande aceleração econômica impulsionada pela cafeicultura, pela ferrovia e pela chegada massiva de imigrantes nacionais e internacionais. Era uma cidade que buscava demonstrar modernidade, atualização e pertencimento a um circuito global, preferencialmente em diálogo com universos europeus e, posteriormente, norte-americanos. Ao mesmo tempo, conviviam nela dinâmicas que prolongavam práticas coloniais, perceptíveis nos modos de habitar, nas relações de trabalho, nos padrões de higiene e na organização do espaço (Homem, 1996, p. 88-136).

Nas narrativas memoriais de escritores dedicados à reconstituição das transformações urbanas de São Paulo, Raimundo de Menezes², sendo um deles, oferece um retrato eloquente da cidade ainda marcada por práticas e ritmos provincianos. Ao mobilizar crônicas e relatos de época, o autor descreve a São Paulo de meados do século XIX como uma “cidadezinha”,

¹ Pesquisa de mestrado intitulada *Hotéis de primeira classe em São Paulo: sociabilidade e educação das elites (1898–1929)*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, com financiamento da FAPESP (2025/15093-1), incluindo estudos anexos realizados no âmbito da residência em pesquisa na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM-USP), vinculados à proposta *Uma cidade de estranhos: arquitetura, corpo e cultura material em hotéis em São Paulo (1898–1930)*.

² Raimundo de Menezes (Fortaleza, 1903 – São Paulo, 1984) foi intelectual, advogado, jornalista, dicionarista, enciclopedista e escritor, tendo presidido a União Brasileira de Escritores (UBE) entre 1967 e 1980. Radicado em São Paulo a partir de 1929, o autor não testemunhou diretamente a cidade oitocentista que descreve. Sua produção textual deve, portanto, ser compreendida menos como memória vivida e mais como memória construída, elaborada a partir de fontes, reminiscências e do olhar de quem conheceu uma São Paulo já industrializada e cosmopolita.

profundamente atravessada pela escravidão, na qual escravizados “perambulavam de dorso nu, com tabuleiros de fazendas secas à cabeça” (Menezes, 1969, p. 1). A paisagem urbana era caracterizada pela circulação constante de animais e carroças, responsáveis pelo transporte de “cereais, lenhas, terras e madeiras para construções”, compondo um cenário no qual o ritmo da cidade se confundia com o mundo rural. Menezes igualmente registra os costumes da vida cotidiana, como no caso do carreiro “de pés no chão, calças de algodão trançado e listado arregaçadas pelas canelas, chapéu de palha ou de couro desabado, trotando à frente de bois pacíficos”, revelando uma materialidade cotidiana distante das imagens de modernidade que mais tarde seriam associadas à cidade.

Segundo Menezes (1969, p. 2), apenas a partir da década de 1870 os chamados melhoramentos urbanos tornaram-se mais visíveis em São Paulo. Entre eles, destacam-se a instalação dos lampiões a gás, que passaram a iluminar de forma mais constante áreas anteriormente marcadas pela escuridão noturna e pela iluminação pontual a querosene até então vigentes, ampliando as possibilidades de circulação. Na percepção de Menezes, antes das novas tecnologias de luminosidade na cidade, as descrições do espaço público apresentam um ambiente hostil à noite, visto que os terrenos, em especial na Rua da Consolação, eram cercados por densa vegetação com capões “perigosos” que poderiam representar risco direto aos corajosos que tivessem coragem de perambular por aquelas regiões (Menezes, 1969, p. 3).

Os investimentos públicos do presidente da Província de São Paulo, Vicente Pires da Mota (1799-1882), sobretudo nas tecnologias de iluminação, contaram com a contratação de mão de obra estrangeira oriunda da Inglaterra. No caso, Menezes (1969, p. 26-28) relata que o diagnóstico feito pelo então presidente notou os riscos que salientamos no parágrafo anterior, requerendo então um amplo projeto para a cidade com a instalação do Gasômetro de São Paulo. Como solução aos problemas encontrados, foram contratados os serviços do engenheiro William Ramsay, responsável pela Companhia a Gás da Cidade.

Nas palavras de Menezes (1969), a dimensão comemorativa e celebratória dos indícios modernizantes que São Paulo passava:

Em 15 de outubro de 1870, tiveram início os trabalhos relativos à construção do encanamento de gás. O Diário de São Paulo, em seu número 1872, de 9 de janeiro de 1879, regozijava-se nos seguintes termos: “GASÔMETRO — Realizou-se esplendidamente a experiência da iluminação a gás neste estabelecimento, desejada pelos empresários; é a melhor possível. Na frente do edifício estavam as armas imperiais, formadas de luzes de diversas cores, que ofereciam uma vista deslumbrante. A concorrência de povo, não obstante o mau tempo, foi imensa, e os empresários não se pouparam em dar explicações e mostrar tudo àqueles dos espectadores que desejavam ver tão importante estabelecimento, que podemos dizer já é uma realidade de São Paulo. Dando esta notícia, aproveitamos o ensejo para consignar aqui os embôras ao Sr. Francisco Alvim, a quem deve a nossa capital tão importante melhoramento (Menezes, 1969, p. 28).

Nesse contexto, percebe-se que a aposta nos lampiões a gás não constituía um desejo pontual, mas vinculava-se a um projeto ambicioso, gestado não apenas pelo poder público, mas sobretudo por interesses privados dos cafeicultores capitalistas. O tom exultante da reportagem, marcado por expressões como “regozijava-se”, “esplendidamente” e “experiência da iluminação”, explicita um projeto de integração modernizante da cidade aos grandes centros

urbanos. São Paulo passava, assim, a operar como um laboratório de experimentação das elites, que, seduzidas pelo “progresso material” oriundo da renovação técnica e pela inserção em redes globais, objetivavam a aspiração por uma cidade cosmopolita e atualizada. O espetáculo público realizado no próprio Gasômetro e a “concorrência” de curiosos em assistir ao jogo de luzes evidenciam o papel da plateia como instância legitimadora dessa “nova” realidade urbana. Como observa Menezes, o “empresariado” paulistano associava-se diretamente a esses ambientes tecnológicos, financiando a introdução, em território paulista, de inovações oriundas dos “bons ares” europeus.

Nas reminiscências de Everardo Valim Pereira de Souza³ (1998), alguns elementos parecem destoar dos estratos temporais apresentados por Menezes. Segundo Sousa, foi apenas no final do século XIX que as grandes mudanças estruturais passaram a acontecer. Antes disso, o clima “pacato” e “provinciano”, com uma concentração de pessoas moderada, com poucas ruas calçadas, parca iluminação e ainda uma paisagem marcada pelo trabalho escravista que constituía sobretudo toda mão de obra naquele tempo. As relações seriam sobretudo de proximidade, já que a convivência era estreita, então permitia a existência de uma determinada ordem “familiar” (Souza, 1998, p. 205).

Sousa também comenta que o catalisador do adensamento populacional paulistano se deu também pela abolição da escravatura. Parte dos grupos proprietários de grandes extensões de terra passaram a enxergar na cidade um ponto de prestígio para vivenciar os novos tempos republicanos. Junto a esse “êxodo rural”, também chegavam a São Paulo uma considerável quantidade de estudantes interessados na formação de jurista na Academia de Direito de São Paulo, sendo os estudantes uma das coletividades que tiveram impacto significativo tanto na vida cultural da cidade quanto no desenvolvimento de novas formas de habitar a cidade a partir de hotéis, pensões e quartos de aluguel que, conforme a demanda de seus clientes, passaram a oferecer serviços especializados no que tange a hospedagem dos recém-chegados na capital (Souza, 1998, p. 217).

Tipologias da hotelaria paulistana no século XIX

Os hotéis da cidade de São Paulo remontam sobretudo desde a segunda metade do século XIX. Joana Monteleone (2008) ao estudar as alterações da cidade de São Paulo por meio das práticas alimentares em restaurantes, confeitarias e cafés, argumenta que em meados do século XIX, os viajantes deveriam ser portadores de carta de recomendação para garantir a estadia na casa de conhecidos próximos. Ou, caso não tivessem sucesso na indicação, poderiam ficar em casas de pasto e estalagens ao entorno da cidade (Monteleone, 2008, p. 90).

Nesse sentido, Monteleone observa que, ao longo do século XIX, as casas de pasto eram destinadas sobretudo a pessoas desconhecidas, oferecendo abrigo e alimentação para a continuidade de suas atividades. Os hotéis, por sua vez, não substituíram imediatamente essas formas de hospedagem, mas passaram a coexistir com elas, assumindo funções distintas. De um lado, alguns estabelecimentos foram concebidos para recepcionar celebridades, mulheres de família e convidados considerados especiais, oferecendo experiências associadas ao conforto e à respeitabilidade (Monteleone, 2008, p. 92). De outro, hotéis de menor porte, pensões e quartos de

³ Everardo Valim Pereira de Souza (1869-1948), bacharel em Direito pela Academia de Direito de São Paulo (1891), integrou as elites políticas e proprietárias paulistas e manteve vínculos estreitos com Washington Luís. Atuou na administração pública e na gestão de propriedades cafeiras no interior do estado, tendo exercido o cargo de diretor do Instituto Disciplinar de São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

aluguel passaram a atender estudantes, imigrantes recém-chegados e viajantes nacionais que ainda desconheciam a cidade, funcionando como soluções temporárias de moradia e adaptação ao espaço urbano. Assim, embora frequentemente associados a noções de modernidade em razão de determinados públicos e serviços, os hotéis em São Paulo abrigaram, desde cedo, usos e clientelas socialmente diversos.

Em São Paulo, a articulação entre os territórios do interior e a capital tornou-se uma necessidade central para a economia cafeeira, levando os cafeicultores paulistas a investir na expansão das ferrovias. A São Paulo Railway Company, de capital britânico e fundada em 1860, conectava a cidade ao porto de Santos e a Jundiaí, ponto de ligação com a Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1868–1971), responsável por integrar Jundiaí a Campinas e Rio Claro. Essas infraestruturas estimularam o surgimento de bares, pensões e hotéis no entorno das estações, voltados tanto aos trabalhadores ferroviários quanto a viajantes do interior e imigrantes estrangeiros (Lanna, 2005, p. 21–23; Barbuy, 2006, p. 110–112; Siqueira, 2013, p. 416).

Entre as estações da Luz (1865) e do Brás (1867), estabelecimentos de pequeno porte passaram a hospedar estrangeiros provenientes do porto de Santos (Siqueira, 2013, p. 417). Imigrantes pobres e com poucos recursos concentravam-se em formas precárias de moradia, como hotéis-cortiço, pensões e quartos de aluguel, nos quais o mesmo espaço era frequentemente compartilhado para dormir e se alimentar (Siqueira, 2012, p. 345). Esses estabelecimentos, em geral construídos ou adaptados com materiais simples, apresentavam interiores compostos por móveis leves e facilmente removíveis, o que favorecia a mobilidade dessas formas provisórias de habitar e sua proximidade com as áreas industriais em expansão (Siqueira, 2012, p. 348; Santos, 2003, p. 75).

A intensificação da circulação de pessoas, a suspensão progressiva das cartas de recomendação e a consolidação de serviços de hospedagem como mediadores das relações urbanas produziram novas formas de convivência entre desconhecidos. Nesse cenário, marcado pela aglomeração de corpos e pela ampliação do uso do espaço público, as interações deixaram de se apoiar prioritariamente na familiaridade e passaram a operar sob regimes de anonimato e transitoriedade, conforme aponta Lyn H. Lofland (1985, p. 3-14) ao refletir sobre a experiência moderna das grandes cidades.

Em São Paulo, tais transformações não resultaram em um modelo único de hotelaria. Ao contrário, a heterogeneidade social da cidade traduziu-se em soluções hoteleiras igualmente diversas, nas quais distintos padrões de serviço, conforto e permanência passaram a coexistir. É a partir dessa lógica que se estruturam as tipologias de hotéis observadas no período.

A primeira dessas tipologias, o hotel de “primeira classe”, refere-se aos estabelecimentos voltados aos segmentos mais abastados da sociedade paulistana. A hotelaria de luxo em São Paulo passa a se consolidar a partir da década de 1870, tendo no Grande Hotel um de seus exemplos mais emblemáticos. Inaugurado em 1878, o estabelecimento localizava-se na Rua São Bento, n. 53, esquina com o Beco da Lapa, com acessos pela Rua São Bento e pela Travessa do Grande Hotel e, após reformas no início do século XX, passou a contar, a partir de 1906, com entrada também pela Rua Líbero Badaró (Campos, 2009, s.p.). Fundado por Frederico Glette e Victor Nothmann, com projeto arquitetônico de Hermann von Puttkammer. O empreendimento foi concebido para atender às exigências de uma clientela abastada, composta sobretudo por fazendeiros do café e suas famílias, que se deslocavam à capital para realizar negócios, adquirir produtos importados e vivenciar as promessas da vida moderna (Campos, 2009, s.p.; Monteleone,

2008, p. 77). Desde sua concepção, o Grande Hotel distinguia-se das hospedarias mais simples ao incorporar tecnologias recentes da construção civil e adotar referenciais estéticos ecléticos de modelos franceses (Campos, 2009, s.p.).

É importante salientar que a concepção contemporânea de hotel que o século XXI está habituado não é a mesma do final do século XIX e início do XX. Entre os mais ricos, os equipamentos urbanos luxuosos concentravam serviços variados para atender as necessidades de seus clientes.



Figura 01: Anúncio ilustrado do Grande Hotel, Rua de São Bento, nº 53, São Paulo. Fonte: O Estado de S. Paulo, 23 jun. 1880, p. 4.

No anúncio publicitário do Grande Hotel da década de 1880 (figura 01), observa-se a ênfase na infraestrutura oferecida aos hóspedes, que incluía cerca de 60 quartos e salas decoradas, serviços de *table d'hôte* – com refeições servidas em horários fixos, menu único e consumo coletivo, além da possibilidade de mesas separadas – correios e telégrafos, banhos frios, quentes e de chuva, bem como uma adega qualificada. Destaca-se ainda a localização privilegiada, referenciada pela menção à proximidade com os “bondes para todas as estações das estradas de ferro”. Esses elementos indicam o interesse em atrair uma clientela dotada de capital econômico suficiente para usufruir das novas tendências associadas à modernidade urbana.

Embora o anúncio mencione preços módicos, a imagem que ocupa quase todo o campo visual sugere as dimensões amplas do edifício. O jogo de perspectiva faz com que figuras humanas, carruagens e bondes apareçam reduzidos, quase acessórios, o que produz uma hierarquia visual entre o espaço hoteleiro e os corpos que o atravessam. A monumentalidade do Grande Hotel, nesse sentido, não se inscrevia apenas como contraste em relação a uma paisagem urbana ainda marcada por vestígios coloniais, mas se colocava em diálogo com as novas formas de circulação e mobilidade da cidade, inscrevendo o edifício como um ponto de concentração de práticas, encontros e presenças associadas à vida moderna, para além de sua função estrita de hospedagem.

Outras experiências hoteleiras igualmente destinadas a grupos abastados podem ser percebidas nas observações de Francisco de Assis Vieira Bueno⁴ (1998), ao definir o Hotel da França como uma construção singular, destoante de uma paisagem paulistana ainda marcada por formas coloniais. Essa percepção converge, ainda que por registros distintos, com as propagandas do Grande Hotel, nas quais esses edifícios aparecem como exceções formais e materiais no tecido urbano, associadas a novos repertórios arquitetônicos, usos e expectativas em circulação na cidade.

Na percepção de Vieira Bueno (1998):

As casas em grande parte eram térreas, só havendo maior número de sobrados em algumas ruas mais centrais. Feitos de taipas, os prédios eram destituídos de elegância, sem arquitetura e mesmo feios, por causa dos beirais projetados sobre a rua; o único que sobressaía dessa vulgaridade era o que hoje é ocupado pelo hotel de França (Vieira Bueno, 1998, p. 158).

O imaginário que toma os hotéis, sobretudo os de luxo, como expressões diretas do “progresso urbano” não se ajusta plenamente às experiências de hospedagem mais difundidas na cidade. Hotéis menores, pensões e estabelecimentos de caráter mais precarizado, aqui compreendidos como “hotéis-cortiço”, atendiam majoritariamente estudantes, recém-imigrados, trabalhadores e nacionais pobres, operando como formas provisórias de moradia e adaptação à vida urbana.

Ainda que os casarios coloniais fossem percebidos como incongruentes com os novos ritmos urbanos, seus usos, antes restritos ao espaço doméstico e às atividades familiares, passaram a adquirir outros sentidos. Proprietários desses edifícios passaram a revendê-los para sua transformação em hotéis menores, bilhares e outros estabelecimentos de uso coletivo⁵. Nesse contexto, ao contrário dos hotéis de luxo, a ocupação de antigos sobrados coloniais, que não dispunham das condições necessárias para atender às exigências arquitetônicas e higiênicas dos grandes empreendimentos hoteleiros, constituiu-se como solução para aqueles que buscavam moradia e alimentação a baixo custo⁶.

Alguns indícios sobre o mercado de revenda de objetos que compunham o arranjo espacial e decorativo das infraestruturas hoteleiras em São Paulo permitem aproximar-nos da materialidade desses estabelecimentos de menor porte. Nos materiais de imprensa, encontra-se, por exemplo, o anúncio do aluguel de um grande sobrado residencial na Rua da Imperatriz, nº 51⁷, destinado a novos usos comerciais, com a possibilidade de funcionamento como hotel ou bilhar, entre outros empreendimentos desejados pelo futuro inquilino. Para a celebração do contrato, os interessados deveriam tratar os negócios no Grande Hotel, onde estariam disponíveis as informações necessárias.

Esse dado sugere que a convivência entre edificações herdadas e novos usos era recorrente na cidade, sem que houvesse uma substituição linear do antigo pelo novo. O próprio

⁴ Francisco de Assis Vieira Bueno (São Paulo, 1816 – Campinas, 1908) foi advogado e promotor público, atuando também como político e banqueiro, tendo ocupado a presidência do Banco do Brasil. Integrante das elites políticas e econômicas paulistas do século XIX, produziu registros de caráter memorialístico a partir de sua experiência social e intelectual.

⁵ *O Estado de S. Paulo*, 13 nov. 1880. p. 3.

⁶ *O Estado de S. Paulo*, 27 jun. 1890. p. 3.

⁷ *O Estado de S. Paulo*, 20 jan. 1880. p. 4.

Grande Hotel atuava como mediador dessas dinâmicas urbanas, funcionando como espaço de negociação, de encontro e de articulação de novos empreendimentos, ao mesmo tempo em que concentrava relações sociais, ofertas de trabalho e oportunidades comerciais.

Outro aspecto dessa relação entre hotéis de maior e menor porte diz respeito à circulação de objetos. Hotéis grandes e médios encerravam suas atividades ou passavam por reorganizações internas, o que resultava na venda, em leilões públicos, de mobiliário e utensílios que compunham seu funcionamento cotidiano. Camas, lavatórios, mesas, espelhos, balcões, cadeiras, peças em mármore, cristais e utensílios de cozinha passavam a integrar o abastecimento material de hotéis menores, pensões e estabelecimentos precarizados. O reaproveitamento desse mobiliário, já testado na prática hoteleira, permitia a instalação mais imediata desses empreendimentos, sem a necessidade de grandes investimentos iniciais ou da importação direta de objetos da Europa ou de países vizinhos, atendendo sobretudo a uma clientela de poucos recursos.

Observa-se isso melhor nos objetos anunciados no leilão de venda do Hotel Francez realizado na data 14 de julho de 1894:

Autorisado pelos proprietarios, srs. Antonio Feliciano & filhos, liquidarão em leilão TUDO, venda por Quinta-feira, 17 do CORRENTE À RUA MARECHAL DEODORO N. 44. Os objectos serão mostrados no próprio dia do leilão. DESTACANDO-SE: Nove commodas completamente mobiladas contendo caixas commodas. O seguinte: espelhos, cabides, guarda-roupas, camas de ferro, colchões, travesseiros, colchas, cobertores, mesas de cabeceira, lavatórios, bacias, jarras, tapetes, quadros, cortinas, cadeiras, sofás, mesas, espelhos, lustres, relógios, pratos, copos, talheres, toalhas de mesa, guardanapos, baterias de cozinha, fogões, utensílios diversos, etc. Salão e botequim: Mobilados com elegancia moderna, contendo cadeiras estofadas, mesas de mármore, espelhos grandes, balcão completo, armários, copos finos, cálices, bebidas finas, cervejas, licores, vinhos, aguardentes, etc. Haverá mais: excelente serviço de mesa em porcelana completa, louças diversas, talheres de prata e metal, roupa branca, colchas, cobertores, travesseiros, fronhas, toalhas, guardanapos, cristais, crystalarias finas, utensílios próprios para hotel. Tudo perfeito e com preço baixo VENDAS FRANCAS E AO CORRER DO MARTELO Quinta-feira, 17 do corrente às [ilegível] horas (*O Estado de S. Paulo*, 14 jul. 1894, p. 3).

Retomando as especificidades das transformações de habitações coloniais em estabelecimentos hoteleiros, é importante destacar que a configuração espacial desses ambientes permanecia, em grande medida, vinculada às lógicas do morar anterior. Enquanto famílias das elites oriundas do interior paulista abandonavam chácaras e sobrados para habitar palacetes concebidos segundo programas arquitetônicos modernos e tecnologicamente atualizados, as residências coloniais mantinham em seu cerne a presença de alcovas. Esses espaços eram marcados pela baixa incidência de luz natural, pelo pouco assoalhamento e, conseqüentemente, pelo acúmulo de umidade, além de uma infraestrutura deficiente para serviços de saneamento (Homem, 1998, p. 88).

O morar colonial havia sido organizado para operar com mão de obra escravizada, responsável pela manutenção cotidiana do ambiente por meio da ubiquidade dos serviços compulsórios. Essa lógica contrastava diretamente com os programas residenciais modernos, pautados por uma distribuição funcional à francesa (Homem, 1998, p. 136).

Os discursos higienistas expressos no Código Sanitário de 1894⁸, destinados a hotéis e casas de pensão, estabeleciam exigências rigorosas quanto à infraestrutura desses estabelecimentos. Previam-se a escolha criteriosa dos edifícios, com atenção especial à ventilação e à iluminação dos aposentos. Exigia-se também a proporção adequada entre o número de hóspedes e a capacidade do imóvel, a circulação eficiente de ar, o abastecimento abundante de água e a disponibilidade suficiente de latrinas. As paredes deveriam ser impermeáveis, a ocupação de porões era terminantemente proibida e a higienização frequente dos espaços comuns tornava-se obrigatória.

No ideal formulado pelos responsáveis pelo Código, os ambientes vendidos ou alugados a partir da adaptação de sobrados coloniais dificilmente se adequavam a tais exigências. Isso ocorria, sobretudo, em função de sua concepção arquitetônica original, marcada pela insuficiente incidência de luz natural.

Como argumenta Lemos (1985):

O viver moderno estava associado a luz, claridade, brancura das casas caiadas, os gramados onde brincava com a sua bola multicolorida; os raios de sol haviam sido descobertos como poderosos bactericidas através de seu agente ultravioleta e então o Serviço Sanitário, por meio de seu código de 1911, já não só exigia rigor no afastamento da umidade emanada do solo, precaução já antiga, como também recomendava nas condições de saneamento que a orientação dos edifícios devesse ‘visar, sempre que possível, a sua proteção contra os ventos úmidos’ e fosse tal que assegurasse ‘uma insolação de 3 a 4 horas por dia no mínimo’.” (Lemos, 1985, p. 83).

Ambientes amplamente iluminados pela ação direta dos raios solares, com controle da umidade e ventilação adequada, não pareciam constituir uma característica inerente aos hotéis de pequeno porte. Aproximando-se da definição proposta por Lemos (1985, p. 60), que enfatiza a repetição de cubículos, ou, no caso dos hotéis, de células individuais destinadas à estadia temporária, torna-se possível estabelecer paralelos analíticos entre o hotel e o cortiço. Em ambos os casos, observa-se o uso coletivo das instalações sanitárias e a promiscuidade decorrente da carência habitacional.

Ainda que distintos em sua origem, esses edifícios passaram a compartilhar condições materiais semelhantes. Entre elas destacam-se a insuficiência de luz e ventilação, a sobreposição de funções nos cômodos e a intensificação do uso dos espaços. Tais fatores produziam experiências corporais e cotidianas próximas àquelas associadas ao cortiço.

As exigências estéticas da São Paulo moderna, associadas aos processos de embelezamento urbano, como as reformas das fachadas dos sobrados coloniais em alvenaria, garantiam, sob a aparência imediata, a imagem de edifícios modernizados e elegantes (Homem, 1996, p. 100; Lima, 2008, p. 174-178). Essa imagem estava em sintonia com a ambição urbana paulistana. Contudo, apesar dessas transformações exteriores, os interiores desses estabelecimentos de menor porte permaneciam operando segundo a lógica arquitetônica colonial.

⁸ SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 233, de 2 de março de 1894*. Código Sanitário do Estado de São Paulo, especialmente os dispositivos referentes a hotéis, casas de pensão e habitações coletivas.

Essa permanência produzia efeitos diretos sobre as capacidades corporais e as experiências dos hóspedes em relação às infraestruturas disponíveis. Nos hotéis de luxo, por sua vez, observava-se uma experiência inteiramente distinta, sintonizada com os pressupostos da modernidade, em função de programas arquitetônicos especializados e inspirados no modelo francês de habitar. Não se trata, portanto, de um determinismo biológico, mas de compreender a capacidade mediadora dos objetos e dos espaços em “moldar”, ampliar ou restringir as interações humanas em ambientes formalmente semelhantes, porém material e socialmente distintos (Boivin, 2008, p. 166-167).

Por fim, a reconstrução das tipologias hoteleiras em São Paulo indica que a modernização urbana não se deu por substituição linear, mas pela convivência entre temporalidades distintas. Enquanto os hotéis de luxo incorporavam rapidamente repertórios técnicos e simbólicos da modernidade, os estabelecimentos de menor porte permaneciam ancorados em práticas herdadas do período colonial. Essa divisão material correspondia também a uma divisão social, os hotéis funcionavam como zonas de contato, compreendidas como espaços de encontro das diferenças, nos quais sujeitos de distintas origens e trajetórias produziam sociabilidades orientadas pelas infraestruturas hoteleiras e marcadas tanto pelo cosmopolitismo quanto pela reafirmação de fronteiras de classe, raça e trabalho.

Referências

BARBUY, Heloísa. **A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860–1914**. São Paulo: Edusp, 2006.

BOIVIN, Nicole. **Material cultures, material minds: the impact of things on human thought, society, and evolution**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

CAMPOS, Eudes. **Os primeiros hotéis da cidade de São Paulo – Século XIX: Império e República**. Informativo Arquivo Histórico Municipal, São Paulo, v. 4, n. 24, maio/jun. 2009. Disponível em: <http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira (1867–1918)**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. Ferrovias no Brasil (1870–1920). **História Econômica e História de Empresas**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 7–40, 2005.

LEMOS, Carlos A. C. **Alvenaria burguesa**. São Paulo: Nobel, 1985.

LIMA, Solange Ferraz de. O trânsito dos ornatos: modelos ornamentais da Europa para o Brasil, seus usos (e abusos?). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 151–199, 2008.

LOFLAND, Lyn H. **A world of strangers: order and action in urban public space**. Prospect Heights: Waveland Press, 1985.

MENEZES, Raimundo de. **São Paulo dos nossos avós**. São Paulo: Saraiva, 1969.



MONTELEONE, Joana de Moraes. **Sabores urbanos**: alimentação, sociabilidade e consumo (São Paulo, 1828–1910). 2008. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto n. 233, de 2 de março de 1894**. Estabelece o Código Sanitário do Estado de São Paulo.

SIQUEIRA, Lucília. Os hotéis na cidade de São Paulo na primeira década do século XX: diversidade no tamanho, na localização e nos serviços. **Revista Brasileira de História**, v. 32, n. 63, p. 341–360, 2012.

SIQUEIRA, Lucília. Os hotéis nas proximidades das estações ferroviárias da cidade de São Paulo (1900–1917). **Revista de História**, n. 168, p. 414–442, 2013.

VALIM PEREIRA DE SOUZA, Everardo. Reminiscências acadêmicas (1887–1891): metamorfose da Paulicéia província em grande metrópole. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX**: memórias, depoimentos, evocações. São Paulo: Ateliê; Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 1998. p. 203–217.

VIEIRA BUENO, Francisco de Assis. A cidade de São Paulo: recordações evocadas de memórias. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). **Vida cotidiana em São Paulo no século XIX**: memórias, depoimentos, evocações. São Paulo: Ateliê; Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 1998. p. 149–161.